

**OS CAPITAIS DETIDOS POR MINISTROS E MINISTRAS DOS GOVERNOS
CARDOSO E LULA: MAPEANDO A DISTINÇÃO¹**

***CAPITALES EN MANOS DE MINISTROS Y MINISTRAS DE LOS GOBIERNOS DE
CARDOSO Y LULA: MAPEANDO LA DISTINCIÓN***

***CAPITALS HELD BY MINISTERS OF CARDOSO AND LULA GOVERNMENTS:
MAPPING THE DISTINCTION***

Maria Chaves JARDIM²
Márcio Rogério da SILVA³

RESUMO: O retorno de Lula como presidente da república, nas eleições de outubro de 2022, revitaliza um tema que nunca esteve fora de moda nas ciências sociais, o estudo dos governos Lula, especialmente em comparação com os governos Cardoso. O artigo busca objetivar os principais capitais detidos pelos ministros e ministras do Estado dos períodos Cardoso e Lula, especificando a posição ocupada no espaço social e a distinção. O estudo dos capitais detidos por estes pode somar esforços aos estudos que buscam entender esse período da história contemporânea. De forma geral, foi possível concluir que os ministros do governo Cardoso, do ponto de vista da posição, têm capitais culturais, econômicos e simbólicos mais elevados sob a ótica do *mainstream* econômico, configurando um *habitus* de elite, ao passo que os ministros Lula possuem menor capital econômico, cultural e simbólico, constituindo um *habitus* mais popular. Para tanto, realizamos estudo de trajetória desses ministros e em seguida, aplicamos a ACM. Os dados foram analisados a partir da sociologia relacional e praxiológica de Pierre Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Cardoso e governo Lula. Ministros. Distinção. Capitais. ACM.

RESUMEN: *El regreso de Lula como presidente de la república, en las elecciones de octubre de 2022, revitaliza un tema que nunca ha pasado de moda en las ciencias sociales, el estudio de los gobiernos de Lula, especialmente en comparación con los gobiernos de Cardoso. El artículo busca apuntar a las principales capitales ocupadas por los ministros y ministras del Estado de los períodos Cardoso y Lula, precisando la posición ocupada en el espacio social y la distinción. El estudio de los capiteles que poseen estos puede sumar esfuerzos a los estudios que buscan comprender este período de la historia contemporánea. En general, se pudo concluir que los ministros del gobierno de Cardoso, desde el punto de vista de la posición, tienen capitales culturales, económicos y simbólicos superiores desde la perspectiva de la*

¹ Esse artigo foi escrito a partir de pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Processo nº 2014/11804-6 e CNPQ. Agradecemos o apoio e suporte indispensável às nossas atividades científicas.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professora Livre Docente do Departamento de Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430>. E-mail: majardim@fclar.unesp.br

³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Lagoa do Sino – SP – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8176-1551>. E-mail: marciosilva@ufscar.br

corriente económica dominante, configurando un habitus de élite, mientras que los ministros de Lula tienen menos capital económico, cultural y simbólico, constituyendo un habitus más popular. Para ello, realizamos un estudio de la trayectoria de estos ministros y luego aplicamos la ACM. Los datos fueron analizados a partir de la sociología relacional y praxiológica de Pierre Bourdieu.

PALABRAS CLAVE: *Gobierno Cardoso y gobierno Lula. Ministros. Distinción. Capital. ACM.*

ABSTRACT: *Lula's return as president of the republic, in the October 2022 elections, revitalizes a theme that has never been out of fashion in the social sciences, the study of the Lula governments, especially in comparison with the Cardoso governments. The article seeks to aim at the main capitals held by the ministers of the State of the Cardoso and Lula periods, specifying the position occupied in the social space and the distinction. The study of the capitals held by these can add efforts to studies that seek to understand this period of contemporary history. In general, it was possible to conclude that the ministers of the Cardoso government, from the point of view of position, have higher cultural, economic and symbolic capitals from the perspective of the economic mainstream, configuring an elite habitus, while the Lula ministers have less economic, cultural and symbolic capital, constituting a more popular habitus. Towards this objective, we conducted a study of the trajectory of these ministers and then applied the ACM. The data were analyzed from the relational and praxiological sociology of Pierre Bourdieu.*

KEYWORDS: *Cardoso government and Lula government. Ministers. Distinction. Capital. ACM.*

Introdução

O retorno de Lula como presidente da república, nas eleições de outubro de 2022, revitaliza um tema que nunca esteve fora de moda nas ciências sociais, o estudo dos mandatos presidenciais de Lula, especialmente em comparação com os governos Cardoso. O interesse por esses dois períodos é tão grande, que já existe uma tradição de estudos sobre os mesmos, muitas vezes comparando esses dois momentos da história democrática do Brasil. Nosso artigo se interessa por estudar esses dois governos, por meio da comparação dos capitais detidos pelos seus respectivos ministros.

Importante dizer que no âmbito da sociologia são raras as iniciativas em estudos sobre ministros, tema que tem interessado, sobretudo, à ciência política, especialmente pesquisas sobre o processo de seleção e sobre as trajetórias políticas e sociais de ministros. Segundo Codato e Franz (2017), esses estudos procuram levantar o perfil da elite ministerial de seus respectivos países, considerando variáveis padrões, tais como, idade, sexo, herança familiar,

formação escolar, trajetória profissional, orientação ideológica do partido, experiência em cargos legislativos e ocupação de posições no alto escalão do Estado ou em firmas privadas.

Codato e Franz (2017) acrescentam que no presidencialismo brasileiro, os ministros cumprem uma dupla função: assegurar que a formulação e a implementação de políticas públicas estejam de acordo com as diretrizes do presidente da República e do programa do seu partido; e garantir, através de transações políticas, o apoio partidário para que esses projetos tenham sustentação e chances de aprovação pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, a seleção de ministros e a formação de gabinetes teria um papel estratégico político e para a boa condução do governo do presidente da República.

Os mesmos autores afirmam que as pesquisas sobre gabinetes do regime semipresidencialista francês, têm observado a ocupação de ministérios por indivíduos cada vez mais acostumados com as lógicas do campo político. François e Grossman (2012) têm percebido a presença de novos tipos profissionais, com a diminuição no número de tecnocratas, *experts* e ministros não partidários e o conseqüente incremento de quadros políticos com treinamento e carreiras cumpridas em entidades de representação, seja em cargos eletivos, seja na burocracia dos partidos políticos e mesmo em movimentos sociais (FRANÇOIS; GROSSMAN, 2012).

No Brasil, D'Araújo (2009) fez uma radiografia do Executivo após a redemocratização e identificou que os “ministros são pessoas experientes na vida política, com forte enraizamento em atividades parlamentares e executivas em todos os níveis de governo” (D'ARAÚJO, 2009, p. 25). De acordo com Costa e Codato (2013), isso seria um indicativo da existência de *expertise* política e administrativa como condição básica para nomeação ao ministério. Apesar de serem postos de nomeação e não posições eletivas, ministérios também podem ser um espaço de profissionalização política, a exemplo das casas legislativas.

Codato e Franz (2017) defendem que no caso do Brasil, isso decorre da importância do critério partidário no recrutamento ministerial. No presidencialismo multipartidário, o partido do presidente da República dificilmente consegue ser o partido majoritário no Congresso Nacional, forçando o chefe do governo a fazer alianças com outras legendas para conseguir apoio político e aprovar seus projetos de lei, emendas legislativas e medidas provisórias. Para garantir essa sustentação, o presidente precisa atrair os demais partidos, que não o seu, para o governo, alocando-os nos ministérios ou nas burocracias a eles subordinadas. Essa barganha entre cargos políticos de alto escalão e apoio parlamentar nas duas Casas do Congresso Nacional Brasileiro, impacta significativamente na composição dos ministérios

(ABRANCHES, 1988) e revela as estratégias perseguidas pelo recrutamento ministerial no Brasil.

Em nossa agenda de pesquisa, o tema dos ministros tem ganhado destaque. Em Jardim e Rosa (2021) foi feito um estudo da biografia de 151 ministros que atuaram entre 1994 e 2010 nas pastas titulares. Após apresentar uma cartografia do perfil de todos os ministros, por meio de diversas variáveis, o artigo deu destaque para três delas: ocupação dos pais e avós dos ministros, universidade pelas quais passaram e a circulação internacional desses. Os resultados indicam existir homologia entre as trajetórias individuais dos ministros e as crenças econômicas vigentes do período, expressa, sobretudo, a partir de crenças neoliberais ou desenvolvimentistas, divulgadas nas universidades pelas quais passaram, em formato de teoria econômica; em Jardim e Moura (2022) foram comparadas as tomadas de posição de ministros ligados à área econômica dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, por meio de suas orientações econômicas. O fio condutor do artigo foi entender as tomadas de decisão econômicas dos governos petistas, por meio do estudo da biografia dos ministros ligados à economia do período estudado, partindo do princípio de que decisões econômicas e políticas estão enraizadas em elementos socioculturais, a saber, a visão de mundo dos ministros tomadores de decisões, cuja visão de mundo seria fabricada socialmente.

Silva (2017) e Silva e Grün (2019) mostram como os diretores dos Bancos Centrais, nomeados no âmbito do presidencialismo de coalizão, apresentam posições e tomadas de posição a partir de uma perspectiva mais monetarista (governo Cardoso) ou mais nekeynesiana, mas ampliam o olhar para a economia das narrativas dos economistas chefe de instituições financeiras, que, em vários momentos, através de uma pressão performativa, conseguem criar ou ainda, performar nos diretores tomadas de posição divergentes das expectativas acerca de suas posições e disposições.

Dando sequência a essa agenda de estudo já *iniciada* por nós, sobre ministros, o artigo que ora apresentamos busca objetivar quais capitais detinham os ministros e ministras do Estado dos períodos Cardoso e Lula, especificando as distinções entre eles. Para tanto, realizamos estudo de trajetória desses ministros e em seguida, aplicamos a ACM. Acreditamos que o estudo dos seus capitais e da distinção pode nos ajudar a localizar suas posições no espaço social e o perfil desses ministros. Ainda que não seja nosso objetivo central, isso poderá, em alguma medida, nos ajudar a entender o perfil dos projetos nos quais estiveram engajados.

O artigo está dividido da seguinte forma: além desta introdução e da conclusão, no próximo item discutimos o referencial teórico que inspira essa pesquisa, baseado na sociologia relacional e praxiológica de Pierre Bourdieu; em seguida apresentaremos uma breve síntese

sobre os governos Cardoso e Lula, buscando destacar o perfil dos projetos existentes em cada governo (se mais neoliberal ou mais intervencionista); finalmente, apresentamos e analisamos nossos dados de pesquisa.

A Distinção enraizada em elementos sociais: a posse de capitais e a definição do *habitus*

Para Bourdieu, o estudo de trajetória, em diálogo com a ACM, nos ajuda a mapear os capitais detidos por um agente social. Para o autor as trajetórias seriam o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (BOURDIEU, 1998); ou seja, uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo; um conjunto de relações pode provocar distinção e fronteiras simbólicas no grupo estudado. Em Bourdieu (1998), não existe análise de ACM sem um estudo sistematizado das trajetórias.

Por sua vez, a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) é parte de uma técnica mais ampla chamada Análise Geométrica de Dados (AGD), abordagem estatística elaborada pelo matemático francês Jean Paul Benzécri nos anos 1970, com o qual Bourdieu trabalhou. Esses trabalhos foram importantes para contrabalançar os modelos confirmatórios da estatística (GREENACRE; BLASIUS, 2006).

Segundo Le Roux e Rouanet (2010), a análise descritiva precede a modelagem probabilística, não dependendo do tamanho dos dados. Complementar a essa ideia, para Bertonecelo (2022, p. 17) “a causalidade social consiste nos efeitos globais de uma estrutura complexa de inter-relações, que não se reduz à combinação dos múltiplos efeitos”.

Concretamente, a ACM é uma representação espacial no plano cartesiano de variáveis de grande variância e indivíduos em posição relacional entre essas variáveis e entre eles, de maneira que isso permite uma redução de dimensionalidade de dados, em que a distância entre indivíduos representa distâncias normalizadas de propriedade social, sendo, nesse sentido, de cunho exploratória (BERTONCELO, 2022).

Assim sendo, a ACM é preditiva, pois uma vez que foi reconstruída a estrutura de finalidades e contrastes, os indivíduos podem ser projetados nesse espaço de dispersão (HUSSON; JOSSE, 2014).

Por fim, Bertonecelo (2022) afirma que a ACM tem bons resultados quando produzimos diferenciações qualitativas, em que as categorias não podem ser ordenadas de maneira direta. Isso quer dizer que no nosso caso, por exemplo, o número e a complexidade das variáveis que compõe os capitais dos ministros dirigentes não podem ser hierarquizadas entre variáveis

dependentes e independentes de maneira clara, dado seu volume e complexidade. Com base nesses pressupostos, Bourdieu pôde, em seus estudos, reconstruir o espaço das posições sociais (BOURDIEU, 2008), objetivando capitais e distinções.

No que se refere ao conceito de capitais em Bourdieu (1996; 2006), primeiramente é necessário dizer que capital, é, em Bourdieu, um “recurso” que pode ser possuído e transmitido por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma comunidade, ou mesmo um país. Para o autor, existem quatro tipos de capitais: econômico, cultural, social e simbólico, sendo que o capital de origem estaria ligado à família e o capital de chegada teria a ver com a reconversão no espaço social.

O capital econômico corresponde à noção de patrimônio e é avaliado em termos monetários. Dinheiro na perspectiva de Pierre Bourdieu, é simbólico. Capital econômico em Bourdieu, pode ser convertido em capital simbólico, social e cultural.

O capital social é o conjunto de relações pessoais possuído por um agente, família e empresa, constituindo uma rede de relacionamento.

O capital cultural foi acionado por Bourdieu para explicar as desigualdades sociais em matéria educativa e cultural. Trata-se de um conjunto multidimensional de competências (por exemplo, o domínio da língua e do cálculo), e de disposições (certa sensibilidade para o mundo), que constitui a versão incorporada do capital cultural. Existem três estados incorporado do capital cultural em Bourdieu: 1) Hexis corporal; 2) Institucionalizado (por meio de diplomas, obras de arte etc.) e; 3) Objetivado: obra de arte, pintura, música etc. O capital cultural seria o responsável por formar o gosto, que por sua vez, promove distinção e revela dominação.

O quarto e último capital, **o capital simbólico** é definido pelo “olhar” depositado (o valor dado) pela sociedade a um agente social, família, empresa. Há, portanto, uma dimensão relacional e coletiva, já que o capital simbólico significa reconhecimento e prestígio. Em Bourdieu (1996) os capitais existem de forma relacional, uma vez que um pode reforçar o outro.

Segundo o método de Bourdieu, para mensurar a origem social de um agente e, portanto, seu capital de origem, é fundamental objetivar a profissão dos pais, sobretudo do pai, visto que no texto *As contradições da herança*, do livro *A miséria do mundo* (1993), Bourdieu mostra o papel da família na transmissão da herança cultural, com destaque para o pai, que segundo o autor, seria o maior responsável por transmitir a herança ao herdeiro.

A mesma argumentação aparece em Bourdieu e Passeron (2014, p. 28) para quem: “(...), a origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência a todos os domínios e a todos os níveis da experiência dos estudantes e primeiramente as condições de existência”. Assim, a escola transforma-se no agente único e total da transmissão das posições

sociais. A ideia de que a origem social, bem como os marcadores de legitimidade (capitais simbólicos, processos de socialização) é natural, perde relevância diante das teses de Bourdieu (1996; 2006), que mostra o trabalho “mágico” da escola, reproduzindo e valorizando a cultura formada na classe dominante.

Como demonstra Bourdieu (2006), a familiaridade com a cultura legítima – a cultura legitimada, dominante – traz ganhos na vida escolar, no campo universitário e no mercado de trabalho, favorecendo aqueles que em tenra infância tiveram acesso a essa cultura legítima, “como uma experiência direta”, um “simples deleite”, a princípio, “fora das disciplinas escolares”, marcadas como “pedantes”. Assim, “a aquisição da cultura legítima pela familiarização insensível no âmbito da família tende a favorecer uma experiência encantada da cultura, que implica o esquecimento da aquisição e a ignorância dos instrumentos de apropriação” (BOURDIEU, 2006, p. 10).

Outro quesito importante na sociologia de Bourdieu, diz respeito à educação formal recebida pelos agentes sociais. A trajetória educacional dos indivíduos, formação básica, superior e as instituições nas quais estudaram, são constitutivas – embora não exclusivamente – daquilo que Bourdieu intitulou capital cultural legítimo.

Em Bourdieu (2014) existiria uma correlação entre a classe de origem e os anos de estudos, que é refletida em aspectos como idade que iniciou os estudos, sexo e a questão geográfica. Para o caso da França, Bourdieu informa que os herdeiros legítimos ingressam em cursos prestigiados das melhores universidades francesas, enquanto os filhos das classes populares - quando ingressam no ensino superior - acabam frequentando cursos sem muito prestígio. Para o autor, as aspirações escolares desdobram-se em objetividades referentes à realidade de cada agente social, ou seja, as escolhas são delimitadas em função das trajetórias

Sobre o argumento acima, Bourdieu defende no livro *La Noblesse d'Etat: Grandes écoles et esprit de corps* (1989), que nos cursos superiores de elite, existe uma ação de “consagração” e um rito que produz um grupo separado e sagrado, que se dá de forma mascarada, produzindo e reproduzindo a nobreza. Portanto, para Bourdieu (2007), o sistema escolar antes de ser caracterizado por uma marca libertadora, é uma das formas mais intensas de conservação social, pois tende a legitimar as desigualdades sociais a partir da herança cultural.

Nessa perspectiva, um ato ou uma escolha de um agente não se explica por si só, pois, de acordo com o autor, esses atos estão ligados ao contexto social: além de sofrerem os constrangimentos sociais de um grupo, estão associadas às suas experiências individuais, familiares (origem social) e também a sua socialização secundária (universidade e demais

espaços sociais). As escolhas, portanto, se dão não só subjetivamente, mas estão circunscritas a elementos históricos, culturais e, principalmente, a um campo dado de possibilidades. As prioridades se darão de acordo com os recursos herdados e construídos socialmente dentro de histórias singulares de vida.

Habitus: expressando visões de mundo

Em Bourdieu, a posse dos capitais ajuda a gerar um *habitus*, que por sua vez forma a visão de mundo de um agente, que é constituída socialmente. Para tanto, a trajetória individual dos agentes ajuda a construir seu *habitus*, que são pré-disposições IN-corporadas (colocadas no corpo e na mente) pelos agentes sociais ao longo de seu processo de socialização. Nesse contexto, o *habitus* integra experiências passadas e atua como uma matriz de percepções, de apreciações, de ações, de gosto e de tomadas de decisões. Essa “matriz”, ou conjunto de disposições, fornece esquemas necessários para a intervenção dos agentes sociais na vida diária, de forma não necessariamente consciente.

Conforme trata o autor, essas disposições não são fixas. Ademais, não são nem a personalidade e nem a identidade dos indivíduos: “*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” (BOURDIEU, 2002, p. 83). Sendo produto da história, o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável (BOURDIEU, 2002, p. 83). Trata-se de um **marcador simbólico** que pode expressar distinção ou desclassificação (BOURDIEU, 1979). Mostra distinção quando expressa a cultura dominante, que por sua vez contribui para a integração da classe dominante, por meio do *habitus*, assegurando a comunicação imediata entre todos os seus membros e os distinguindo das demais classes sociais. Expressa **desclassificação** quando apresenta a cultura dos dominados.

Considerando as contribuições de Pierre Bourdieu (2002), podemos definir o conceito de *habitus* como um instrumento conceptual que nos auxiliará a pensar a relação e a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos ministros estudados, levando em conta que o *habitus* é uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, sendo que a semelhança ou a afinidade de *habitus* forma o **habitus de classe (feixe de relações semelhantes)**.

Importante nessa discussão é o conceito de Estado em Bourdieu, que passaremos a apresentar.

O Estado em Pierre Bourdieu

Para Bourdieu (2007), o Estado seria resultante das categorias de pensamento dos agentes que nele atuam. Nessa perspectiva, os agentes, por meio de suas visões de mundo influenciam e são influenciados pelo Estado. No caso dos ministros dos períodos estudados, estes teriam poder de atuação no Estado, ajudando a construir categorias de pensamento reproduzidas por este. Para além de um Estado abstrato, o Estado em Bourdieu é um Estado encarnado e objetivado em agentes sociais; que influencia e sofre a influência de outros agentes e do Estado.

Em complemento, os agentes sociais que participam do Estado são representados como encarnadores do Estado; um Estado constituído como um espaço relativamente autônomo em relação às forças sociais em luta pelo poder, e assegurando uma posição de árbitro nos conflitos políticos. Dizer que o Estado é legítimo em Bourdieu, é dizer que ele pode obter a submissão da ordem que impõe, tendo como única forma de constrangimento, o poder simbólico. Assim, a obediência generalizada não passa pela coerção em Bourdieu. O reconhecimento da legitimidade da obediência é um ato de conhecimento, que é um ato de submissão inconsciente à ordem social, ou seja, é um ato de crença, mais ainda, de crença coletiva.

Nessa perspectiva, Bourdieu nos alerta para o fato que o Estado não tem, necessariamente, a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, “pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a crença da qual falava Hume, a submissão *dóxic*a à ordem estabelecida” (BOURDIEU, 1996, p. 119). Ou seja, o poder do Estado é produzir e impor categorias de pensamento aos agentes do mundo social, cujas categorias são aplicadas a todas as coisas do mundo, inclusive para falar do próprio Estado. Portanto, Bourdieu nos chama a atenção para o fato que pensamos o Estado a partir do próprio pensamento criado pelo Estado, pois o Estado é ele mesmo nosso próprio pensamento. Mais concretamente, o pensamento do Estado não é somente um discurso ou um metadiscurso. Este pensamento se inscreve no mundo social, já que o Estado seria o mundo social em forma de discurso. Assim, o Estado produz e inculta estruturas cognitivas, segundo as quais a ordem social é percebida e incorporada, especialmente pelo sistema escolar, que inculta as estruturas cognitivas comuns, contribuindo de forma implícita para a produção e a reprodução da ordem social. Essas estruturas são tão naturalizadas, que os agentes sociais nem se dão conta do processo de produção de crenças.

Mais do que legislar nas questões econômicas e políticas, o Estado legisla, em Bourdieu, nas questões cognitivas, ou seja, na produção de crenças, criando formas mentais de classificação e exercendo a violência simbólica sobre o mundo social. Nesse sentido, os projetos reinantes durante os governos analisados (de cunho mais neoliberais ou mais intervencionista) seriam resultantes de uma conjuntura internacional, mas sem ignorar a visão de mundo dos ministros engajados nos períodos (JARDIM; MOURA, 2022), que pode ter ligação com os capitais detidos pelos ministros.

Desta feita, o Estado instaura através da ordem simbólica que impõe, duas formas de poder: a estrutura objetiva do Estado e a estrutura mental para pensar o Estado, que são homólogas. Assim, passa a existir na objetividade, nas estruturas materiais, e na subjetividade dos agentes, ou seja, nas representações sobre a forma de visão e de divisão de sistema de classificação.

Na discussão de Bourdieu sobre o Estado, é importante não perder de vista a sua metáfora da “mão direita e da mão esquerda do Estado”, criada por este para referir-se ao Estado neoliberal francês, que nos anos 1980 teria feito uso da mão direita, dando maior autonomia aos mercados, do que uso da mão esquerda, que teria iniciado o seu processo de atrofiamento, devido ao pouco uso. Ainda para Bourdieu, a mão esquerda seria o Estado regulador, ou seja, a mão que possuiria maiores preocupações sociais e maior controle sobre o mercado. Essa metáfora é importante quando formos olhar os dados dos ministros que compuseram o Estado nos governos estudados.

Por fim, é considerando a importância do Estado não somente institucional, mas, sobretudo cognitiva, que passamos a apresentar um resumo dos principais pontos dos governos Cardoso e Lula, nos quais os ministros analisados atuaram.

Anos Cardoso e Lula: breve aproximação sobre os projetos reinantes durante os períodos

Anos Cardoso (1994-2001)

Diante do referencial teórico apresentado, os governos Cardoso e Lula serão estudados nesse artigo, considerando que todo Estado tem o poder de produzir e impor categorias de pensamento aos agentes do mundo social, cujas categorias são aplicadas a todas as coisas do mundo, inclusive para falar do próprio Estado e das decisões tomadas pelos agentes do Estado (BOURDIEU, 2014).

No que se refere ao Estado do período Cardoso, este defendeu o projeto de dar maior liberdade aos mercados, afastando o Estado das questões econômicas e sociais; além disso, se

baseou na teoria econômica ortodoxa, que defende a prioridade da economia e com forte ajuste fiscal, em detrimento das questões sociais. Esse conjunto de postulados se convencionou chamar de neoliberalismo; que, por sua vez, esteve em diálogo com os critérios exigidos por instituições internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), que apregoava a busca do *superávit* primário, entendido como a diferença positiva entre as receitas e despesas do governo, excetuando os juros da dívida. A busca pelo *superávit* primário, o controle da inflação e das contas públicas tornou-se o mantra do momento, sob uma ótica ortodoxa do controle de gastos e uma reforma tributária progressiva. Em alguma medida, esse é o projeto defendido pelos ministros do governo Cardoso, de natureza neoliberal e mais focado no braço direito do Estado.

Nesse contexto, o governo Cardoso - aqui compreendido com seus ministros, agentes encarnadores do Estado - foi favorável à estabilização macroeconômica com integração à globalização e à cooperação com investimento externo. Naquele cenário, a agenda de reforma do Estado esteve diretamente associada à orientação geral do ajuste macroeconômico, na direção do que Sallum (1999, p. 33) alertou: “Para a corrente neoliberal dominante a prioridade era a estabilização dos preços”.

Segundo Santos (2000), no ano de 1995, já com o Plano Real em curso e com paridade em relação ao dólar, o governo Cardoso buscou conter a inflação causando um desequilíbrio na balança comercial, ocasionando um nível de falência das empresas nacionais sem precedentes e utilizando do desemprego (contenção de consumo) como um instrumento de controle da inflação.

No início, com uma valorização de 15% frente ao dólar e com uma inflação maior que a americana, a estratégia levou a uma contínua valorização do real até fevereiro de 1995. (SANTOS, 2000). A política monetária era utilizada para a estabilização de condições econômicas, buscando a atração de capitais internacionais de curto prazo para financiar o constante desequilíbrio em conta corrente, fortemente dependente do cenário internacional e da taxa de juros americana. O governo lançou mão de aumento de juros e restrição de crédito para conter a demanda. Assim, devido às já mencionadas políticas de abertura para conter a inflação, houve um número expressivo de pedidos de falência, por conta de as empresas não estarem preparadas para essa abertura. Países asiáticos com vantagem cambial, além dos Estados Unidos e países europeus passaram a exportar significativamente ao país.

Com foco total nas questões econômicas, esse projeto neoliberal objetivou-se em iniciativas que mudaram institucionalmente a relação entre Estado e mercado, de forma a quebrar com os arranjos legais do Estado nacional-desenvolvimentista varguista. Naquele

contexto, o governo Cardoso passou a defender que o Estado não possui função empresarial, as quais deveriam ser da iniciativa privada; assim, suas finanças deveriam ser equilibradas e com estímulos diretos às empresas privadas e não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários, dentre outras crenças (SALLUM. GOULART, 2016).

Como desdobramento, a crença neoliberal reduziu a participação do Estado nas atividades econômicas e colocaram em pé de igualdade as empresas de capital nacional e estrangeiro, através da aprovação de um conjunto de leis no Congresso Nacional. Por fim, preservou o programa de abertura comercial, que já havia sido implantado durante o governo Collor, nele incluso o programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual.

Nesse processo, o Estado do governo Cardoso passou a atrair empresas multinacionais para os dois setores-chave da indústria, o automotivo e o de telecomunicações, não só modulando a legislação tributária e o sistema de financiamento, mas também através de convites. Este conjunto de incentivos contribuiu para o aumento na participação nos mercados brasileiros das empresas de capital estrangeiro em detrimento das empresas de capital nacional (SALLUM; GOULART, 2016).

No âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) - principal agente financeiro da industrialização do país - foi notável a diversificação setorial das empresas atendidas. Além da indústria, passou também a financiar atividades comerciais (centros de compras), turísticas (parques de diversão) e agrícolas. Nesse sentido, as empresas estatais deixaram de ser os pilares da política estatal, como consequência do desinteresse do governo federal em desenvolver uma indústria nacional, já que o projeto neoliberal buscava atrair investimentos estrangeiros e promover sua associação com empresas nacionais.

Por fim, as empresas estatais foram privatizadas ou os seus serviços foram cedidos às empresas privadas, caso das estradas de rodagem, cuja manutenção foi concedida para empresas privadas em troca da exploração dos serviços que prestam – pedágio e arrendamento dos terrenos públicos que as margeiam. Esta redução das funções empresariais do Estado não eliminou, mas transformou o intervencionismo estatal. O Estado expandiu suas funções normativas e de controle, preservando a capacidade de moldar as atividades econômicas por meio das compras de bens e serviços.

O que concluímos disso é que mesmo em sistemas econômicos do tipo neoliberal, em que o mercado é visto como campo autônomo, capaz de criar suas próprias regras, como uma mão invisível, com suas “leis naturais”, ou seja, mesmo em economias onde as categorias de pensamento produzidas pelo Estado pressupõem o livre mercado e o individualismo, mesmo

nesses sistemas econômicos o Estado não deixa de fazer seu trabalho de dominação simbólica. No governo Cardoso, o trabalho de dominação simbólica tornou-se justamente criar categorias de pensamento que defendem a liberdade para o mercado e o fortalecendo daquilo que Bourdieu chamou de “mão direita do Estado”, em detrimento da sua “mão esquerda” (BOURDEU, 1997). Por essa perspectiva, não existe Estado ausente no governo Cardoso, já que o Estado está sempre presente, inclusive para legislar institucionalmente e cognitivamente a favor do mercado, dando total autonomia a este.

Como desdobramento do argumento anterior, nos sistemas econômicos – como nos governos Cardoso - onde a “mão direita” se sobrepõe à “mão esquerda”, o mercado ganhou uma aparente naturalidade, autonomia e sacralidade, tornando-se quase uma “entidade”, que passou a prescrever verdades absolutas e “mágicas” na solução de problemas, os quais teoricamente somente os economistas (de uma escola ligada à ortodoxia) teriam as soluções. A crença neoliberal vigente nas instituições e nos agentes que estavam nos postos de comando naquele momento, trouxe consequências sociais, como desemprego e aumento da pobreza.

Governos Lula (2002-2009)

Para Sallum e Goulart (2016), no governo Lula o liberalismo econômico do período Cardoso se manteve. Segundo Mesquita (2014), apesar de jamais ter formalmente abandonado o tripé macroeconômico básico estabelecido em 1999, o governo petista apresentou desvios em relação a este, no que se refere tanto aos objetivos de curto prazo, quanto às suas estratégias. Contudo, as linhas mestras do regime de política macroeconômica do governo Cardoso (sistemas de metas de inflação, *superávits* primários e câmbio flutuante) foram mantidas pelo governo Lula, especialmente no primeiro mandato.

É possível, todavia, identificar em seu segundo mandato certa flexibilização na gestão da política econômica até então vigente (JARDIM; ROSA, 2021; JARDIM; MOURA, 2022). Nessa direção, Grün (2014) afirma que após o escândalo do mensalão, o governo Lula deu uma guinada na política macroeconômica. Para Jardim (2015), mesmo que a defesa de um Estado intervencionista tenha se iniciado somente a partir de 2006, quando houve mudanças na composição do governo, especialmente a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega e de José Dirceu por Dilma Rousseff, as mudanças foram reforçadas durante a crise de 2008, a partir do investimento no mercado interno, concretizado no aumento do crédito na economia, visando ao aumento do consumo das famílias e na disponibilidade de crédito dos bancos,

especialmente os bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, especialmente).

Ainda segundo Jardim (2015), a política fiscal adotada pelo governo Lula a partir de 2008 - quando iniciou a crise dos *suprime* mundial -, foi pautada pelos estímulos ao mercado, tais como a introdução de mecanismos de crédito bancário, que permitiu que os assalariados registrados e aposentados do setor privado, pertencentes ao Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), tivessem acesso a empréstimos com custos inferiores aos usuais (“empréstimo consignado”), mediante desconto em seus salários ou aposentadorias. Outra estratégia foi o investimento dos recursos dos fundos de pensão no PAC, gerando emprego e renda, especialmente no setor da construção civil, que passou a empregar beneficiários do programa bolsa família (JARDIM, 2007; JARDIM, 2009; JARDIM, 2013).

Portanto, durante a crise de 2008, tentando proteger o Brasil dos impactos externos, o governo Lula aumentou os incentivos de duas maneiras: desoneração de impostos e concessão de financiamento subsidiado às empresas, adotando a chamada política expansionista para estimular a economia e o consumo dos brasileiros.

Nessa direção, o projeto vigente foi a de forte presença do Estado, especialmente na criação do mercado interno. Dentre as estratégias visando a desenvolver o mercado interno, citamos as medidas que incluem a redução da taxa de juros básica pelo Banco Central, tais como: medidas para estimular o crédito; postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas; redução de impostos para estimular o consumo; fortalecimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como indutor aos investimentos públicos no setor produtivo; ampliação das funções do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que antes emprestava dinheiro somente para as grandes empresas ou era financiador de privatizações no governo Cardoso e nesse contexto passou a emprestar para as pequenas e médias empresas; ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN); e alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo. Da mesma forma, programas sociais tais como o Programa Bolsa Família foi mantido, e houve ampliação do número de beneficiários do programa, além de aumentos pontuais do salário-mínimo durante o período.

Ainda sobre a construção do mercado interno, o governo fez a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, favorecendo os setores ligados aos materiais de construção, às montadoras e à linha branca dos eletrodomésticos, estimulando o consumo e a geração de novos postos de trabalho nesses setores.

Parte do projeto intervencionista, o governo promoveu, no mesmo período, a redução da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para elevar a venda de motocicletas e, ainda, aumentou o IPI dos cigarros, visando compensar a perda na arrecadação. A estratégia de investir no mercado interno esteve sustentada no discurso de que "O Brasil pode compensar a retração do mercado mundial pelo fortalecimento do mercado doméstico" (MANTEGA, Inovação Unicamp, 29/8/2008).

Além de implantar a redução de diversos tipos de impostos sobre produtos industrializados e fomentar o microcrédito via bancos público, o governo utilizou os bancos públicos para recuperar o crédito no país, oferecendo linhas de crédito e dando incentivos financeiros ao BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para que estes fornecessem crédito para as empresas de diversos setores da economia a baixas taxas de juros (D'AGOSTINO, 2012).

O governo ampliou a intervenção estatal através de mecanismos considerados heterodoxos, destinados a oferecer financiamentos produtivos em longo prazo e com juros baixos para as obras do PAC; buscou estimular as empresas estatais que não foram privatizadas no governo Cardoso (caso da Eletrobras, por exemplo) e permitiu que as mesmas se associassem às empresas privadas para aumentar os investimentos com recursos do Tesouro; finalmente, o BNDES redirecionou suas prioridades para investimentos estruturais, sob a lógica do desenvolvimento de empresas nacionais, diferente do governo anterior, cujo projeto privilegiou o financiamento das privatizações das empresas nacionais. Por fim, buscou incentivar a competitividade das empresas brasileiras em relação às multinacionais que operavam no país, além de incentivar as companhias nacionais a se expandirem para o exterior.

Parte das suas estratégias para alavancar as indústrias brasileiras, o governo criou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com foco em opções estratégicas (tecnologias de informação e comunicação, semicondutores, fármacos e *software*), apostando em setores vanguardas, como a biotecnologia ou a nanotecnologia.

Para além de um projeto de desenvolvimento puramente econômico, o governo Lula apresentou elementos sociais na definição do seu projeto de desenvolvimento, com forte presença do Estado (JARDIM, 2007), já que apesar da forte presença das finanças no governo Lula, estas estiveram sob o controle do Estado. Houve ainda, a suspensão do programa de privatização e posterior criação das Parcerias Público-Privadas (PPP), em 2004, visando a captar recursos para a implantação das obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como desdobramentos da política acima, o governo Lula trouxe proteção às empresas de capital nacional, especialmente via BNDES e melhor distribuição da renda e proteção aos trabalhadores mais pobres, por meio de estratégias de ampliação do acesso à educação superior com destaque para o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), para a Restrução e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a política de cotas. No conjunto, esses programas buscaram a inclusão do jovem pobre em espaço considerado até então de elite, as universidades, com foco para a universidade pública, colocando em destaque a importância cognitiva e institucional da política de cotas.

Por fim, durante seu governo, especialmente o segundo, Lula defendeu um projeto de governo no qual a atuação do Estado como articulador e indutor de políticas públicas. Por ocasião da crise de 2008, Lula declarou: "Costuma-se dizer que o Estado só atrapalha e, quando aconteceu a crise [de 2008], aqueles que pareciam deuses da economia procuram o Estado, que não sabia nada, para salvá-los" (O GLOBO, 26/3/2009).

ACM: apresentando o protocolo de pesquisa

Os dados das trajetórias dos ministros foram analisados a partir da ACM, seguindo o protocolo a seguir:

1. Para a elaboração da ACM, criamos um banco de dados *excel* com as trajetórias de 151 ministros titulares dos períodos estudado; mapeamos as trajetórias no CPDOC, da FGV.

2. Em seguida, criamos as variáveis que direcionam esse artigo: para falar de capital social, olhamos as origens sociais dos ministros; para falar de capital cultural, olhamos a escolarização, passagem pelo internacional, tipo de escola de economia pela qual passou (se mais ortodoxa ou mais heterodoxa), se ganhou prêmio, se têm livros escritos etc. Para o capital econômico, ampliamos a noção de capital econômico de Pierre Bourdieu e olhamos a ocupação dos pais (que nos dá uma noção da classe de origem), uma vez que não temos dados sobre patrimônio.

3. Os dados foram rodados no software R, utilizando o pacote FactoMineR, para Análise de Correspondência Múltipla dos Dados, análise de agrupamentos (cluster) e também elipses, que ajudam a analisar uma variável fixada e comparar na própria ACM como ela se comporta em relação às demais variáveis

4. Como resultado da ACM, temos uma redução da dimensionalidade de dados, em que as dimensões dos eixos são construídas com base nas variáveis com maior variância, em que a distância entre indivíduos representam distâncias de propriedades sociais; o *cluster* ajuda a

enxergar quais indivíduos tem características próximas e as elipses permitem ver, com a identificação por cores, como variáveis de interesse se comportam.

Dados da pesquisa

Primeiramente, demonstramos apenas a nuvem das variáveis categóricas ativas, de maneira a compreender onde os indivíduos estarão situados com respeito aos capitais. Foram selecionadas apenas as 100 variáveis categóricas que mais contribuem, sendo que para nós, a ausência de informações para alguns agentes, já é um dado em si; ou seja, os dados disponíveis representam agentes que tem maior capital cultural, em detrimento de agentes que não tem esse capital e que, portanto, não tem dados familiares, pessoais e profissionais disponíveis publicamente. Entendemos que famílias com maior capital cultural teria maior sensibilidade para a produção das biografias dos familiares do que aqueles com menor capital, que não dispõe de interesse cognitivo para produção e manutenção da herança simbólica da família.

Teremos, portanto, uma ACM entre os indivíduos com dados ausentes (lado esquerdo do gráfico), quadrante superior direito (indivíduos de maior capital) e quadrante inferior direito (indivíduos de menor capital).

Para facilitar a interpretação do gráfico, foi elaborada a tabela de siglas abaixo, com as variáveis que destacamos, primeiramente do quadrante superior direito:

Tabela 1

Capital	Sigla/descrição
Capital cultural -> acadêmico	un_pub - estudou em universidade pública na graduação Curso_econ - graduação em economia curso_cien_pol&hum - graduação em ciência política e outros cursos em ciências humanas prof_econ - professor de economia em universidades form_pgr_s - fez pós graduação strictu - fez mestrado ou doutorado lato - fez especialização

Capital simbólico	circ_inter_s - tem circulação internacional eua - circulação internacional nos Estados Unidos eur - circulação internacional na Europa dec_80&90 - anos em que fez a pós graduação dec_60&70 - anos em que fez a pós graduação proj_impl_tip_fiscal - projetos implementados nos ministérios com foco em dominância fiscal (mão direita) data_form - data de formatura na graduação
-------------------	---

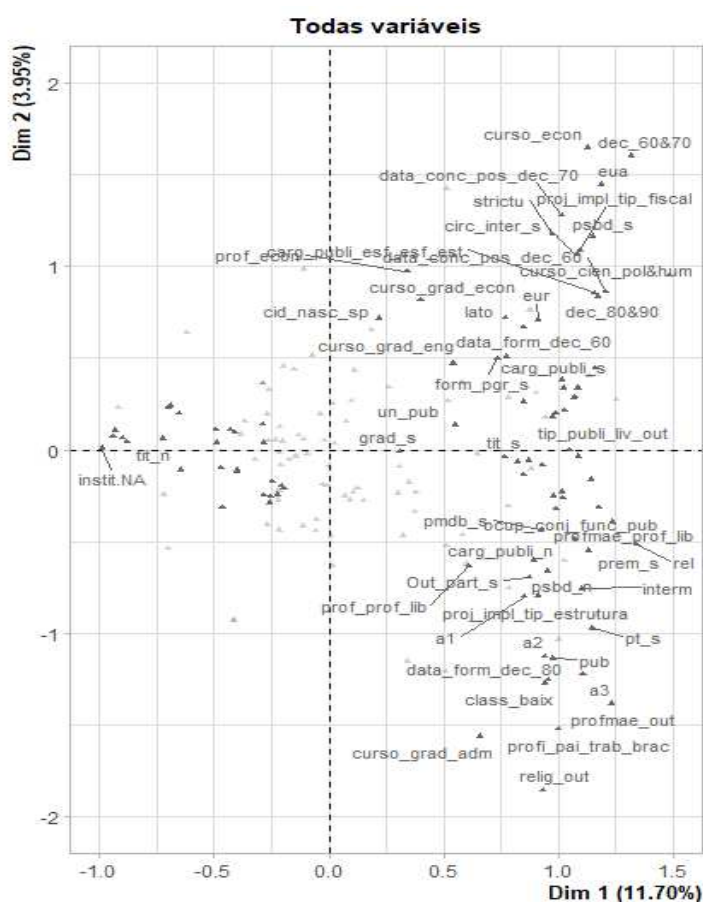
Fonte: Elaborado pelos autores

A tabela, a seguir, serve de referência para ler as siglas importantes no quadrante inferior direito

Tabela 2

Capital	Sigla/Descrição
capital cultural	curso_grad_adm - curso de graduação em administração prof_pai_trab_brac - pai trabalhador braçal prof_mae_prof_lib - mãe profissional liberal prof_mae_out - mãe com outras profissões
capital simbólico	pmdb_s - faz parte do partido MDB pt_s - faz parte do partido dos trabalhadores psdb_n - não faz parte do PSDB prof_prof_lib - profissionais liberais ocup_conjunc_func_pub - carreira no funcionalismo público Proj_impl_tip_estrutura - projetos mais ligados a infra-estrutura (mão esquerda)
capital econômico	class_baix - oriundo de classes sociais de baixo capital econômico

Fonte: Elaborado pelos autores

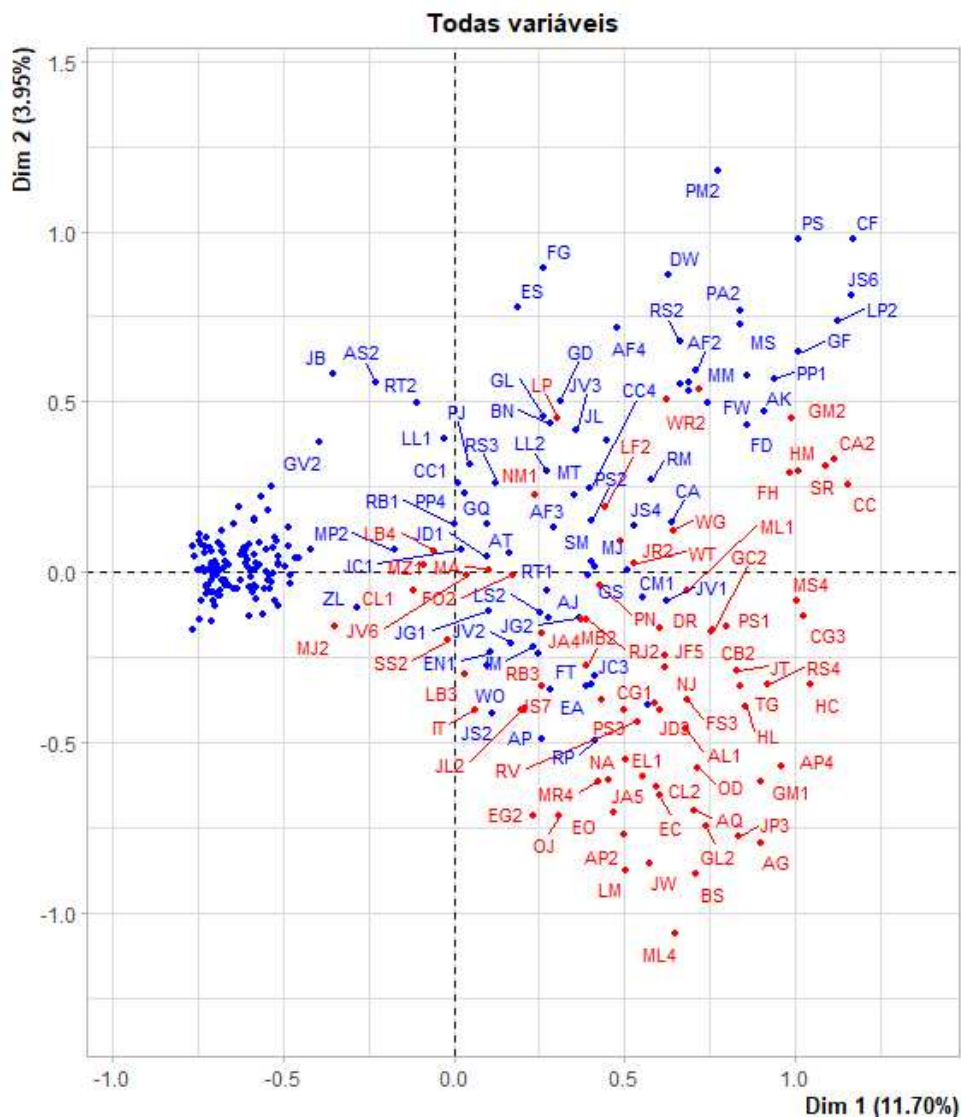
Figura 1 – As 100 variáveis categóricas ativas que mais contribuem para a distinção entre os indivíduos

Fonte: Elaborado pelos autores

Como é possível observar, no quadrante superior direito, temos os ministros ligados ao governo Cardoso, com maior capital cultural, em geral com graduação em economia, mestrado e doutorado nos Estados Unidos e Europa; alguns são professores de economia em universidades e seus projetos estão mais ligados a uma perspectiva de dominância fiscal (braço direito do Estado), mais ligado à ortodoxia econômica, bem como fizeram suas pós-graduações em períodos em que as teorias monetaristas estavam em voga nas principais universidades estadunidenses.

No quadrante inferior, podemos observar que os ministros do governo Lula são em geral filiados a partidos como MDB e PT, origens em classe social baixa, com vínculo com movimento social e sindical, com pai trabalhador braçal e mães profissionais do lar, são funcionários públicos em baixo e escalões intermediários e tem projetos mais ligados à infraestrutura e social (braço esquerdo do Estado). A seguir, temos os ministros identificados por cor (vermelho para Lula e azul para Cardoso).

Figura 2

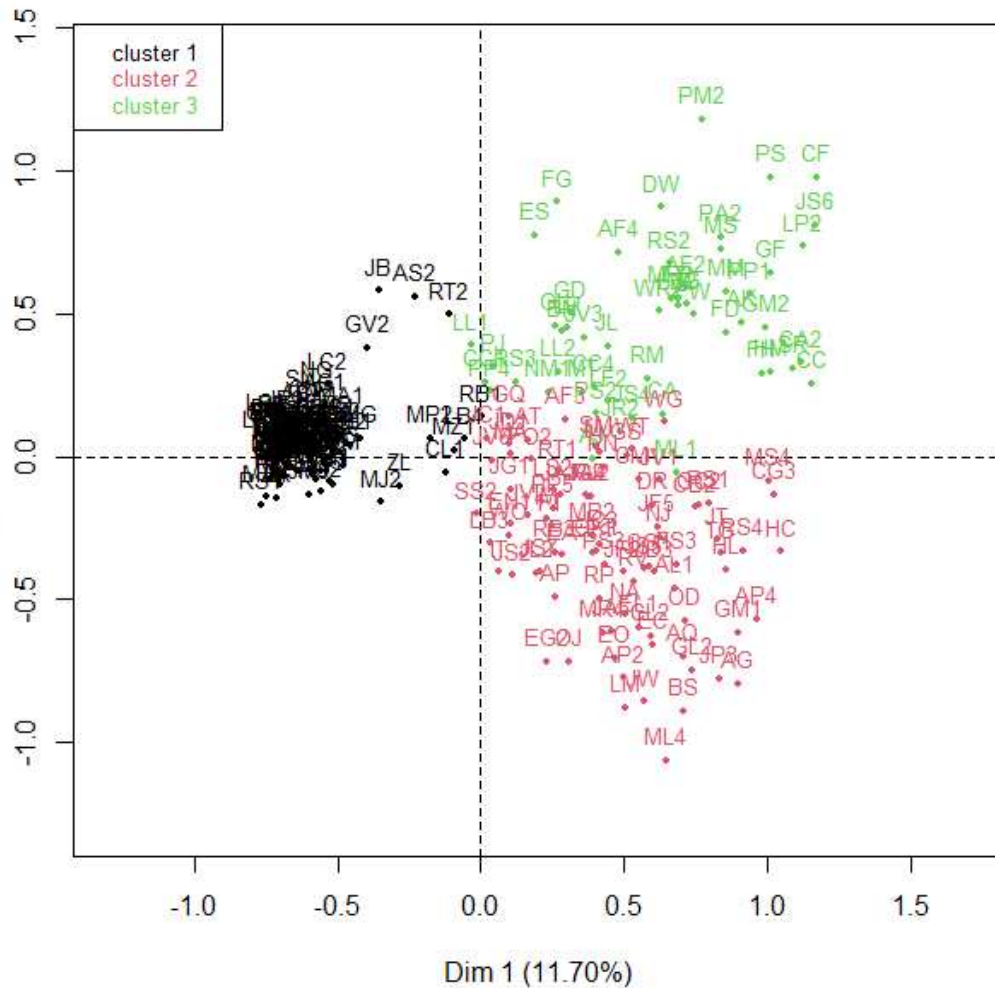


Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar, os ministros do governo Lula estão em sua maioria no quadrante inferior direito, de menor capital, ao passo que os ministros de Cardoso estão na maioria no quadrante superior direito (maior capital). A seguir, temos um *cluster* de indivíduos que mostram os três agrupamentos (levando-se em conta que há agentes que têm capitais homólogos na fronteira).

Figura 3

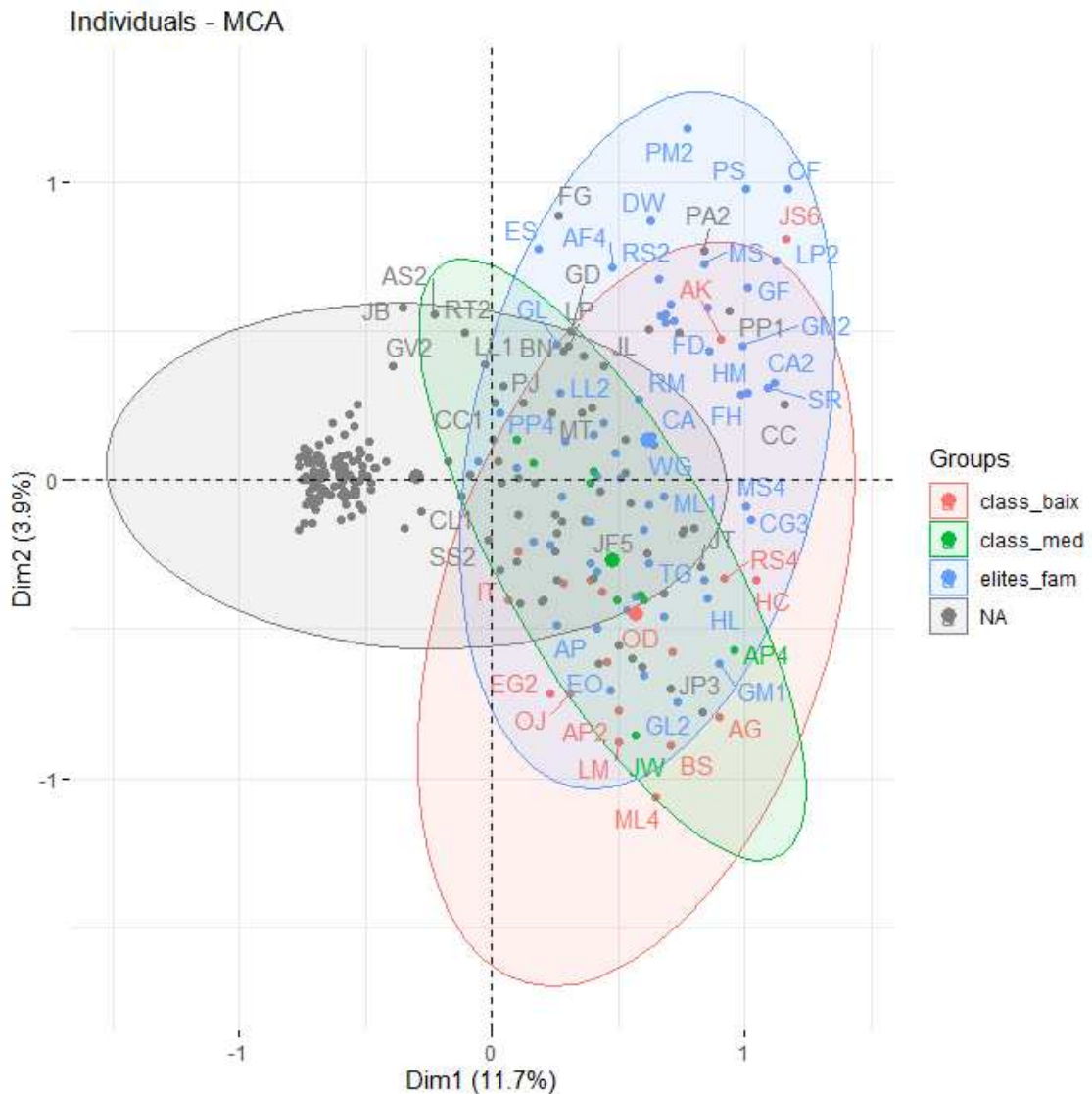
Factor map



Fonte: Elaborado pelos autores

Agora focamos na análise dos capitais cultural e simbólico relacionado aos pais, com o suporte da análise da ACM com *elipses*. A seguir, temos o parentesco com pessoas da elite, classe média ou classe baixa do ponto de vista do capital econômico (origem social):

Figura 4

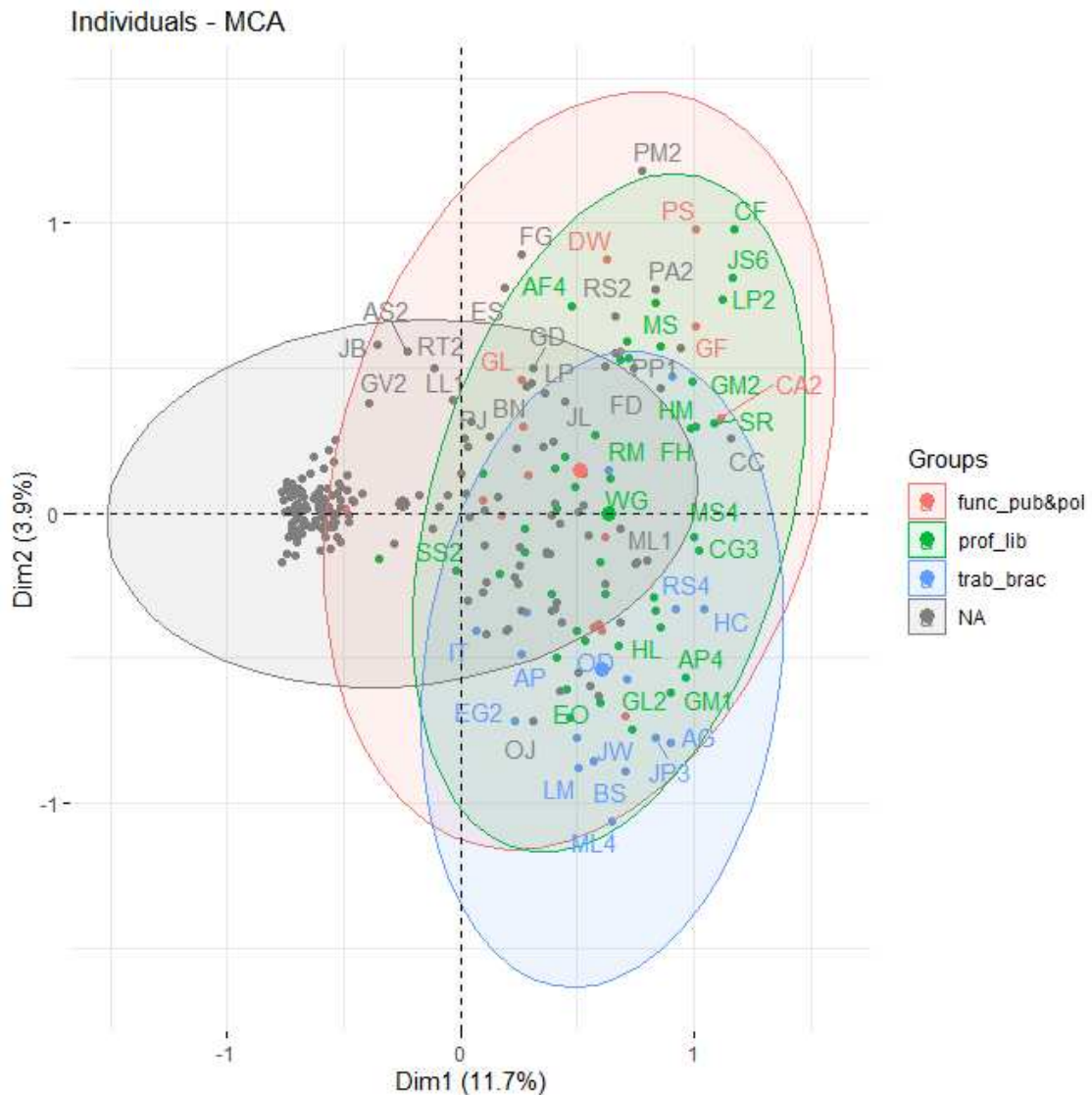


Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar no gráfico, no lado esquerdo do gráfico a ausência de dados indica provável pertencimento a classes sociais inferiores, visto que as elites têm em geral seus dados mais publicizados em dados secundários acessíveis. É possível observar a elipse azul (com eixo gravitacional mais sobreposto no quadrante superior direito), onde há predominância de ministros do governo Cardoso, que em geral tem familiares mais ligados à elite, ao passo que há mais familiares da classe média e popular entre os ministros do governo Lula, bem como a maioria dos que estão com dados ausentes, também estão no quadrante inferior direito e lado esquerdo; a maioria deles ligados ao governo Lula.

A seguir, temos a ACM como elipse apresentando a profissão paterna:

Figura 5

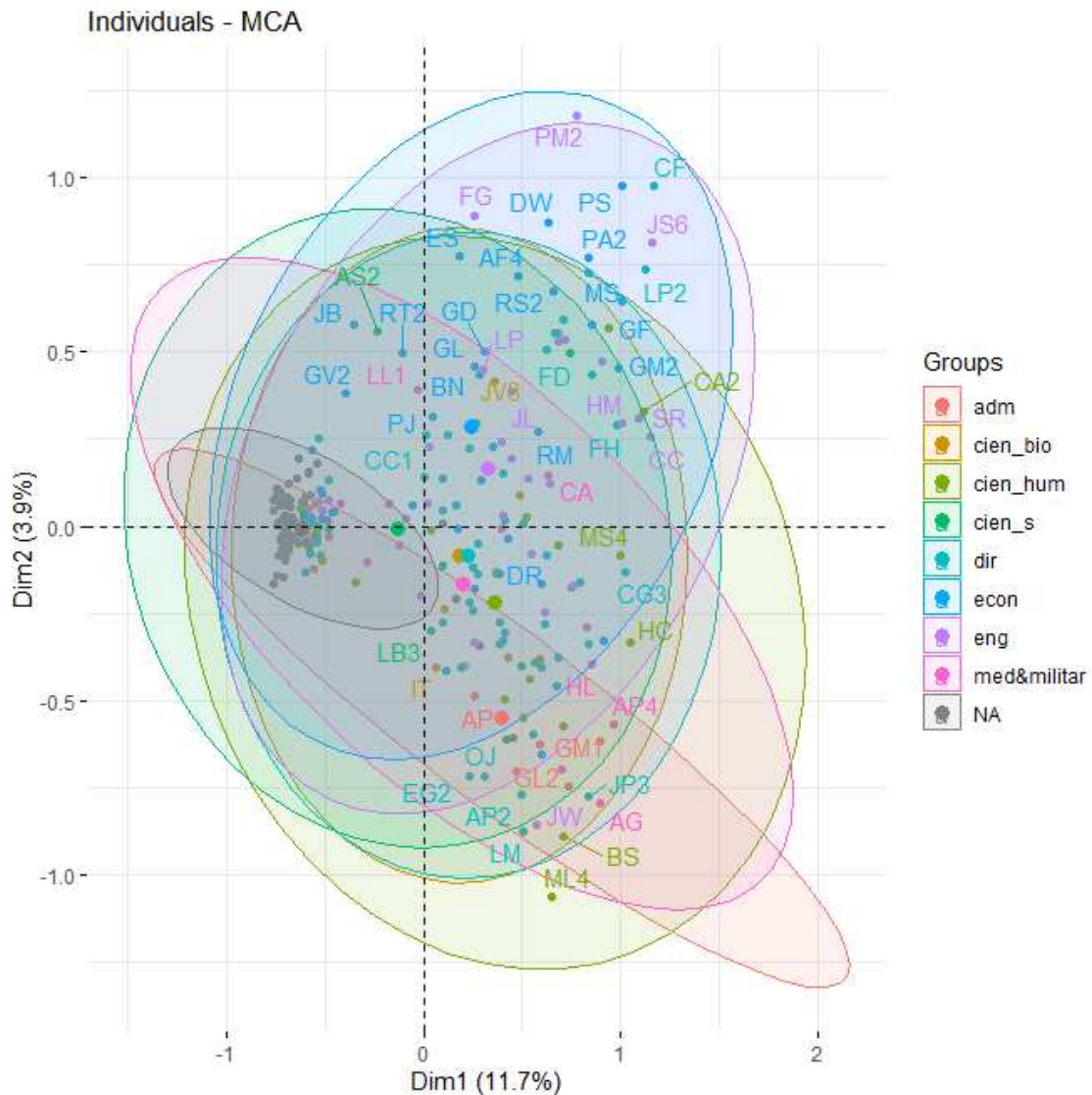


Fonte: Elaborado pelos autores

Podemos observar a predominância de pais trabalhadores braçais e profissionais público de baixo escalão no quadrante inferior direito, ligado a Lula; e a predominância no quadrante superior direito de funcionários públicos de carreira.

Com respeito à universidade, a predominância é de graduação em universidades públicas. Com respeito aos cursos temos:

Figura 6

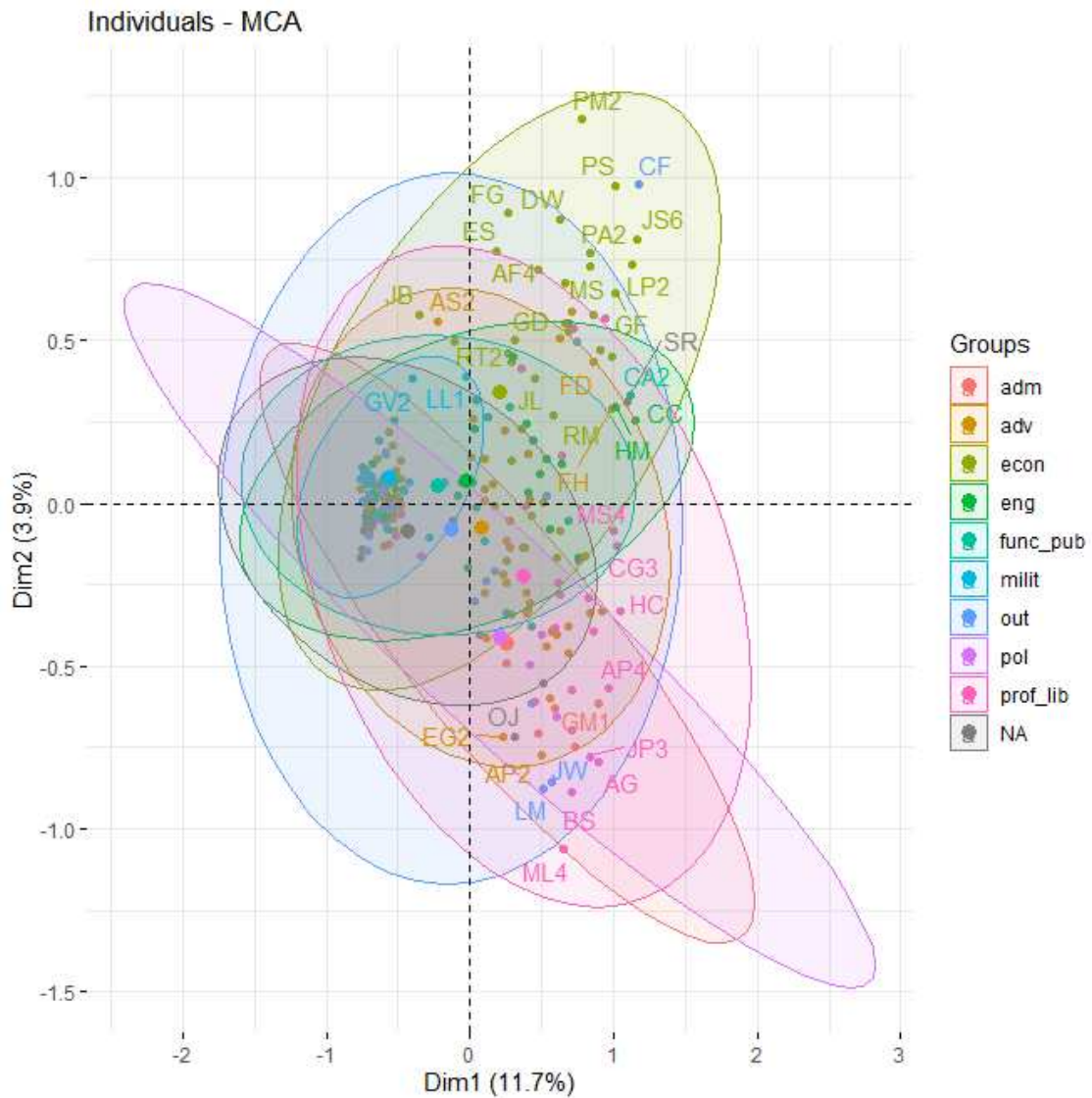


Fonte: Elaborado pelos autores

Como se pode observar, no governo de Cardoso há uma predominância de economistas e engenheiros ao passo que no governo Lula há uma maior diversidade, com predominância de administradores, ciências humanas, médicos e militares. Com respeito aos ministérios, o pertencimento foi classificado em braço direito (governo Cardoso) e braço esquerdo (governo Lula) do Estado.

A seguir temos as profissões:

Figura 7



Fonte: Elaborado pelos autores

É possível ver que predominantemente os ministros do governo Lula assumem mais cargos políticos e também profissionais liberais, ao passo que os do governo Cardoso atuavam no setor privado como economistas (instituições financeiras ou setor público) e engenheiros (parte reconvertidos às finanças).

Algumas Análises

A aplicação da ACM sugere, pelas categorias analisadas, que as ascendências dos ministros Lula são majoritariamente da baixa classe média e boa parte da classe popular, já que a profissão dos pais dos ministros é de origem popular (agricultor, manicure, dona de casa, faxineira, costureira, mecânico). A ACM mostra algo comum entre quase todos os agentes, o que estamos denominando provisoriamente como *habitus de classe* (BOURDIEU, 1996). Ou seja, com poucas exceções, todos os agentes são filiados e/ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT), ligados a movimentos sociais e são oriundos de ocupações técnicas.

Por outro lado, os ministros do governo Cardoso possuem origem social de classe média alta (médicos, advogados, fazendeiros, diplomatas, empresários) e a circulação internacional é quase que uma regra para esse grupo. Aqui temos um *habitus de classe* mais próximo do da elite.

Lembramos que o *habitus* é marcador simbólico que pode expressar distinção ou desclassificação (BOURDIEU, 1979). No caso dos ministros Cardoso expressa distinção quando mostra a cultura dominante; no caso dos ministros Lula expressa, desclassificação quando apresenta a cultura dos dominados.

Os dados permitem sugerir que existe forte distinção entre os ministros analisados e essa distinção está marcada, em especial, pela passagem pelo mercado no caso dos ministros Cardoso e por participação em movimentos sindicais e sociais, no caso dos ministros Lula.

Como observamos na revisão bibliográfica, o governo Cardoso foi mais engajamento em um projeto neoliberal e o governo Lula em um projeto mais intervencionista. O projeto neoliberal ou intervencionista orchestra com as origens sociais dos ministros, já que os ministros Cardoso estiveram mais envolvidos em projeto ligados ao braço direito do Estado (ajuste fiscal, busca do superávit, projeto de desenvolvimento com mais autonomia do mercado), enquanto os projetos dos ministros Lula estiveram mais ligados ao braço esquerdo do Estado (investimento em política social; apoio aos bancos públicos e projeto de desenvolvimento de natureza desenvolvimentista).

Nesse sentido, a aplicação da ACMN permite defender que os ministros Lula seriam menos sensíveis ao projeto neoliberal, já que a socialização destes em espaços, com pessoas e valores que estimulam o contato com o projeto neoliberal, foi mais restrita do que para os ministros do governo Cardoso. Ao contrário, a ACM mostra que os ministros Cardoso possuem formação que os enraíza no projeto neoliberal e em crenças neoliberalizantes, adquiridas em

passagens pelas universidades americanas e em socialização em espaços sensíveis esse tipo de projeto.

Em diálogo com Bourdieu (2006) apontamos que as escolhas dos ministros se dão não só subjetivamente, mas estão circunscritas a elementos históricos, culturais e, principalmente, a um campo dado de possibilidades. As prioridades se darão de acordo com os recursos herdados e construídos socialmente dentro de histórias singulares de vida. Portanto, ainda que não seja objetivo dessa pesquisa, o estudo nos permitiu entender, a partir dos capitais dos ministros, suas escolhas e engajamentos em projetos para o desenvolvimento do Brasil.

Considerações finais

Por meio da ACM, buscamos verificar empiricamente as distinções existentes entre os ministros dos períodos Cardoso e Lula, identificando os principais capitais detidos por esses ministros.

Após aplicação da ACM, constatamos baixo capital cultural, econômico e simbólico nos ministros Lula, assim como um *habitus* mais próximo das classes populares e médias. Identificamos, também, uma maior participação em projetos de infraestrutura e intervencionismo estatal. No caso dos ministros Cardoso, identificamos um forte capital econômico, cultural e simbólico, passado de geração a geração, configurando aquilo que estamos chamando de *habitus* de classe mais próximo das elites.

Considerando a discussão de Bourdieu (2006) sobre o Estado, na qual o autor afirma que por meio do sistema de classificação, o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns e formas de pensar, sugerimos, com base na revisão bibliográfica, que mostra maior sensibilidade neoliberal no governo Cardoso e sensibilidade intervencionista no governo Lula, que o governo Lula coordenou os mercados, produzindo bens e serviços por meio de empresas estatais e parcerias com o capital privado; implantou projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro - mais especialmente dos fundos de pensão, via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas - assim como coordenou certa regulamentação, “domesticação” do mercado financeiro (JARDIM, 2009), em diálogo com políticas econômicas heterodoxas.

Por outro lado, em diálogo com a *doxa* internacional vigente, o governo Cardoso operou a privatização das estatais, em nome da propalada eficiência do Estado e deu maior espaço para as empresas estrangeiras, em detrimento da política de valorização das empresas públicas, dos bancos públicos e do mercado interno nacional. Assim, o governo Cardoso manteve uma

política econômica em diálogo com o capital internacional, o que só foi possível porque o Estado legislou todo o aspecto jurídico que possibilitou a efetivação do projeto neoliberal.

Concluimos que para a efetivação de um projeto ou outro, a adesão e engajamento dos ministros foi fundamental e que, em alguma medida, o engajamento neoliberal ou intervencionista orquestra com os capitais e a posição no espaço social ocupada por eles.

REFERÊNCIAS

- ALVES, T. **Prouni**: Revolução simbólica na vida dos beneficiários. 2016. Dissertação (Mestrado em em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2016.
- BERTONCELO, E. **Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas**: Aplicações nas ciências sociais. Brasília: Enap, 2022.
- BOURDIEU, P. A demissão do Estado. *In*: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos**: Táticas para evitar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- CODATO, A; FRANZ, P. **Recrutamento ministerial no Brasil**: Comparando as presidências de FHC e Lula. Brasília, 2017. n. 22, p. 44-62.
- D'ARAÚJO, M. C. Os ministros da Nova República. Notas para entender a democratização do Poder Executivo. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2., 2009, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: Consad, 2009.
- GREENACRE, M.; BLASIUS, J. **Multiple correspondence analysis and related methods**. Londres; Nova Iorque: Chapman & Hall. CRC, 2006.
- GRUN, R. “Convergência das Elites e Inovações Financeiras: A GC no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 67- 90, 2005.
- HUSSON, F.; JOSSE, J. Multiple correspondence analysis. *In*: BLASIUS, J.; GREENACRE, M. **Visualization and verbalization of data**. Boca Raton: CRC Press, 2014.
- JARDIM, M. C.; MOURA, P. J. C. Entre a ortodoxia e a heterodoxia: disputa simbólica nos governos petistas (Lula e Dilma) para a imposição da doxa econômica. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 16, ago./dez. 2021.
- JARDIM, M. C.; ROSA, T. Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): Homologia entre Trajetórias dos Ministros e Crenças Econômicas Estatais Vigentes. **Revista Tomo**, n. 39 jul./dez. 2021.

JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): Neodesenvolvimentismo?** Laboratório Editorial da UNESP, Selo Acadêmico 2015. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=532. Acesso em: 10 jan. 2015.

JARDIM, M. C. “Domesticação” e/ou “Moralização do Capitalismo” no Governo Lula: Inclusão Social Via Mercado e Via Fundos de Pensão”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 123 a 159, 2009.

JARDIM, M. C. **Entre a solidariedade e o risco**: Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2007.

LE ROUX, B.; ROUANET, H. **Multiple correspondence analysis**. Thousand Oaks: Sage, 2010.

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: A volta do experimentalismo. *In*: **Sob a luz do sol**: Uma agenda para o Brasil - IEPE / CdG. Centro de Debates de Políticas Públicas, 2014. p. 3-15.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PT. **Um Brasil para todos**: Crescimento, emprego e inclusão social. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 20 out. 2002.

SALLUM, B. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social**, 1999.

SALLUM, B.; GOULART, J. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 60, p. 115-135, 2016.

Como referenciar este artigo

JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. Os capitais detidos por ministros e ministras dos governos Cardoso e Lula: Mapeando a distinção. **Rev. Sem Asp**, Araraquara, v. 11, n. esp. 1, e022018, 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v11iesp.1.17627>

Submetido em: 12/08/2022

Revisões requeridas em: 15/09/2022

Aprovado em: 20/11/2022

Publicado em: 26/12/2022

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação, normalização e tradução.

